

## ATA Nº 07/2013 CONSELHO CURADOR DO CIS-COMCAM

No dia nove de setembro de dois mil e treze, às nove horas e vinte e cinco minutos reuniram-se na sala de reuniões do Cis – Comcam (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão) membros do Conselho Curador e representantes do Consórcio para discutirem a respeito do Pagamento do Plantão de Urgência e Emergência da Santa Casa; **COMSUS** (Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde); Doação do Terreno para construção do Centro de Especialidades e Assuntos Gerais. No primeiro assunto da Pauta: **Pagamento do Plantão de Urgência e Emergência da Santa Casa** – Nilda Batista da Silva – Coordenadora Geral do Cis-Comcam, inicia a reunião apresentando os pagamentos dos plantões que foram realizados até o momento, sendo que até o dia 06 de setembro foram recebidos de plantão referente a 20 de agosto apenas R\$ 57.177,44 (cinquenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) faltando ainda 06 municípios fazerem o pagamento, totalizando R\$ 42.822,59 (quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos) para atingir os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do plantão. Fala ainda que 04 municípios não pagaram o plantão referente a 20 de julho. Célia – Secretária Municipal de Saúde de Rancho Alegre diz que solicitou por ofício a Santa Casa uma nova planilha de utilização dos municípios e está aguardando para poder trazer para os secretários. Diz ainda que cada município tem que falar se vai continuar pagando ou não, e que o contador do município dela avisou que não dá pra pagar o plantão se não estiver dentro da fatura do Cis-Comcam, pois se torna algo ilegal. Nilda coloca que pra ser apresentado na fatura do Cis-Comcam tem que ser valor fixo e não variável, ou estipular um percentual e fazer calculo encima do valor total pela utilização de cada município o responsável pela fatura está estudando uma formula para está inclusão. Célia diz que antes de decidir como vai pagar tem que se decidir quem vai pagar, porque tem prefeitos que não querem pagar. Ângela Maria Moreira Kraus – Presidente do Cis-Comcam, diz que vai pagar esse mês a Santa Casa para cumprir o contrato, mas que não vai continuar pagando e vai passar a usar os serviços de Goioerê, pois tem que se investir onde dá suporte e Goioerê é bem prestativo e se vê resolutividade. Célia complementa que os municípios não estão sendo atendidos em nada. Nilma Ladeia de Carvalho Dias – Diretora da 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão coloca que a Santa Casa e Campo Mourão precisam ter uma



00116  
N<sup>o</sup> secretário deve cobrar da diretoria da Santa Casa. Neste momento, a mesma, liga para o diretor da Santa Casa e o convida para comparecer na reunião, o mesmo aceita. Célia reclama do pouco número de pacientes dela que foram atendidos pela Santa Casa. A Secretária de Campo Mourão Patrícia diz que falta consulta de retorno depois da emergência. Enquanto esperam os diretores do hospital chegar, Cristiane pede um substituto para o lugar de vice-presidente do Cresems e todos optam por Célia. Solicita também um representante para comissão do HOSPSUS sendo escolhida a secretária de Mamborê, Paula Denise Rotta e um representante do comitê de mortalidade materna e infantil sendo votado o secretário de Corumbataí do Sul, Maycon de Oliveira Jardim. Cristiane começa a falar sobre o financiamento do SUS, as formas como é recebido, como deve ser administrado, mas diz que deixará para outra reunião, pois o Diretor da Santa Casa é chegado naquele momento, junto com outros representantes da entidade, Áter Cristófoli, Fernando Cristófoli e Marcio André de Alencar Almeida. Estando presente a diretoria do hospital, Cristiane dá início, falando que sabem sobre as dificuldades que hospital enfrenta e as dificuldades dos municípios também. Ela pede uma resposta para os problemas que têm enfrentado, principalmente da falta de atendimento. Célia diz sobre as dificuldades que tem em conseguir falar com a Santa Casa para conseguir resolver os problemas. Relata a forma que decidiram fazer o pagamento para o hospital. Luiz Marcos Mancebo Campos, Diretor do Hospital Santa Casa diz que vão tomar providências sobre o atendimento. Patrícia reclama que os municípios tentam falar com a diretoria do hospital, mas não conseguem. Que não existe atendimento, que o paciente acaba morrendo nas mãos dos secretários de saúde, que não existe vaga no hospital e os acidentados não conseguem atendimento. Célia diz que precisam de uma pessoa dentro da Santa Casa para terem um canal aberto e poder falar com eles sempre. Cristiane fala de criarem uma ouvidoria do Cresems para fazerem ofícios diretos para a Santa Casa em nome dos municípios. Patrícia dá p exemplo de um médico que estava ganhando por dois plantões em duas cidades diferentes. Ater Carlos Cristófoli, representando a Santa Casa, concorda que se deve colocar um interlocutor dentro do hospital, entre o município e a diretoria. Cristiane diz que precisam de um funcionário vinte e quatro horas disponível. Célia pede um profissional da área de saúde e que montaram uma comissão para avaliar o atendimento e que precisam resolver o problema da lotação. Ater diz que essa pessoa terá que ter assistentes. Pede ainda, que as reclamações dos médicos sejam formalizadas e que é preciso que ajudem a Santa Casa financeiramente. Patrícia reitera que isto já está sendo visto. Célia diz que essa pessoa que será a interlocutora deles, terá acesso ao Cresems, que eles precisam que o hospital funcione. Luiz Marcos diz que o hospital passa por dificuldades. Nilma relata da dificuldade de passarem aos prefeitos, os valores pagos para a Santa Casa, sendo que a mesma não presta atendimento. Cristiane e Célia dizem que acreditam na nova diretoria e que vão cobrar dos municípios. Patrícia fala da falta de vaga e de rotatividade. Ater mais uma vez pede para formalizarem as reclamações. Nilma dá opinião sobre as placas de ortopedia, que a Santa Casa precisa “amarrar” essas compras. Patrícia dá exemplos de problemas que enfrenta com isso, dizendo que o SUS cobre a compra dessas. A diretoria do hospital diz que determinados médicos, somente, que pedem essas placas. Ater cita sobre um médico que cobrava “por fora” o atendimento e que isso tem que ser denunciado ao Ministério Público. Luiz Marcos diz que é contra a estadualização do hospital, que isso não dará certo, e que devem mudar o pensamento sobre isso. Cristiane concorda e diz que isso é obrigação da gestão municipal. Patrícia diz que a Santa Casa precisa ser fortalecida com o que tem. Luiz Marcos, junto com Ater, pede para que peçam ao governo o melhoramento da estrutura física do hospital, que peçam a interligação entre os prédios. Sem mais nada a discutir, Cristiane agradeceu a presença da diretoria e encerrou a reunião.